



A ADMINISTRAÇÃO DIRETA COMO GESTORA DAS QUESTÕES E ATIVIDADES DE ESTADO

É notório que a sociedade brasileira tem evoluído no tocante a sua percepção e questionamentos da importância político administrativa na organização do país.

Neste sentido, há necessidade da clara definição do que são questões de Estado e de Governo para que se compreenda o funcionamento de suas estruturas administrativas e as responsabilidades tanto dos governantes como dos servidores.

Nas questões de Governo, implementam-se as políticas públicas e as diretrizes políticas daqueles que foram eleitos para governar.

Nas questões de Estado, estrutura-se a Administração para cuidar do Patrimônio Público e para gerenciar e implementar a prestação de serviços à população, nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e segurança.

As carreiras de servidores Estatutários, estão atreladas às atividades de Estado, tendo responsabilidades e funções estabelecidas em leis que normatizam esses procedimentos. No ato de posse desses servidores, eles firmam compromissos com essas Normas Legais, onde são agentes públicos responsáveis por cuidar do Patrimônio Público e pelos Serviços prestados à população.

Essas definições, demonstram a importância do Servidor para a estabilidade administrativa e qualidade de vida da população.



Os dispositivos legais federais, estaduais e municipais precisam ser aperfeiçoados, no sentido de se fortalecer essas estruturas, valorizando a figura do Servidor Público, como autoridade de Estado, a exemplo dos países desenvolvidos, pois são sustentáculos da continuidade administrativa e do próprio regime democrático que é caracterizado pelo Estado de Direito. Sendo os servidores públicos os agentes responsáveis pela implementação e fiscalização do cumprimento da legislação em vigor.

No caso específico das profissões de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com as definições da Constituição Federal de 1988, devem ser consideradas Atividades de Estado, pois suas atividades são normatizadas objetivando a segurança e qualidade de vida da população, definição condizente com as Atividades de Estado. Esses profissionais da área pública Estatutária, devem ser organizados em Carreiras de Estado, para que possam exercer suas atividades na plenitude e com autonomia, sob a égide das Normas Técnicas e das Legislações em vigor.

MATÉRIA DO ENGENHEIRO JOSÉ ROBERTO SENNO, PRESIDENTE DA ANSEAF - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS URBANISTAS E ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL SEDIADA EM BRASÍLIA, ENTIDADE PARCEIRA DA SEAM PARA ATUAÇÃO JUNTO AO LEGISLATIVO FEDERAL NAS QUESTÕES DE INTERESSE DE NOSSA CATEGORIA DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS ESTATUTÁRIOS DA ÁREA PÚBLICA.

“Nossas lutas por melhoria pelos engenheiros e arquitetos são muitas, constantes, pois todos os países se tornam desenvolvidos pela atuação destes profissionais. Os exemplos estão na história do mundo, melhores observáveis nos últimos 250 anos.

Nos empenhamos na aprovação das propostas que melhoram a atuação dos engenheiros e arquitetos, em especial daqueles que trabalham na Administração Pública (na União, Estados, DF e Municípios).

Neste momento, no Congresso Nacional, priorizamos 3 propostas que estão no Senado Federal: **PLC 13/2013** (que trata de regulamentar como “carreira típica de Estado” os Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomo); **PEC 14/2015** (que “altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos”) e o **PLS 303/2018** (que “cria e regulamenta a instituição de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União”). O PLC 13/2013 e a PEC 14/2015 estão no Senado Federal “PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO”; já o PLS 303/2018 está com o Relator da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, distribuído ao Senador Eduardo Braga (PMDB/AM), para emitir relatório.

As dificuldades dos últimos anos no Brasil (e no mundo) trouxeram mais problemas, novas exigências na convivência humana e exigiram atenção especiais das autoridades públicas; afóra a necessidade de recursos financeiros, gestão priorizada aos mais necessitados no país, regramento de novas formas de trabalho (a exemplo, do trabalho remoto), atendimento médico nos hospitais e vacinação da população, fechamento de muitos empreendimentos, demissões de trabalhadores, etc... de características e valores extraordinários. Destas dificuldades, podemos destacar: Temos a Pandemia no mundo todo do Coronavírus Covid-19 (desde março/2020); uma guerra na Europa (desde o início deste ano de 2022) entre Rússia x Ucrânia, que repercute nos países em todo o mundo; tivemos a maior seca no Brasil dos últimos 91 anos em 2021; e neste ano de 2022, tivemos eleições gerais no Brasil, com muita polarização política. Tudo isso alterou a atenção e as prioridades dos políticos.

Estivemos sempre fazendo correspondências por nossas propostas prioritárias, sendo que para os Senadores da República fizemos 120 correspondências em 2022, 138 em 2021 e neste ano de 2022 já fizemos 152 correspondências com a de hoje. Também fizemos manifestações aos ministros e ao Presidente da República por reajustes salariais (“congelados desde fev/2017) e por melhores estruturas de gestão na Administração Pública Federal.

Agora estamos por se encerrar a legislatura no Senado Federal. E novas dificuldades se acrescentam: algumas propostas legislativas são arquivadas; daí termos que fazer esforços para obter de senadores no início do ano e da nova

legislatura para propor desarquivamento. Nota: Legislatura é um período de quatro anos, cujo início coincide com o dos mandatos dos Senadores. O mandato de um Senador tem duração de duas legislaturas (8 anos).

Precisamos continuar a lutar (nos empenhando por melhorias profissionais). Nossa luta é pelo futuro do país, do Brasil! E só haverá um futuro melhor com a valorização dos engenheiros e arquitetos, que são os “agentes do desenvolvimento da nação”.

O World Economic Forum (WEF) demonstra que “**a infraestrutura é o segredo da riqueza dos países**” - países com boa infraestrutura tendem a ser mais competitivos e, portanto, mais ricos e com melhor qualidade de vida para a maioria da população. Alguns especialistas dizem: “não existe, na história da humanidade, país que se desenvolveu sem engenharia e sem infraestrutura” ou que “o desenvolvimento de um país é do tamanho da sua engenharia”. “**Os cientistas descobrem o mundo que existe; os engenheiros criam o mundo que nunca existiu.**” – palavras do físico e cientista aeroespacial Theodore Von Kármán - muitas vezes cognominado como ‘pai da era supersônica’. “O FUTURO DO MUNDO DEPENDE DOS ENGENHEIROS”, diz o economista Jeffrey Sachs (Folha De S.Paulo - 21/11/2017). O economista Jeffrey Sachs, professor da Universidade Columbia (EUA) está à frente dos “Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável da ONU”.

Nós, no Estado e na Iniciativa Privada, engenheiros, arquitetos e os respectivos trabalhadores deste setor: da construção civil, do meio rural, das manutenções prediais e de equipamentos (hospitais e UTI’s funcionam sob manutenção de engenheiros e técnicos em engenharia), da rede logística do país (estradas, ferrovias, portos, aeroportos, etc), da infraestrutura (hidrelétricas, redes de energia, rede e abastecimento de água e esgoto, telecomunicações, e outras), etc trabalhamos na Pandemia do Coronavírus Covid-19, mantivemos o país funcionando, sendo essenciais ao povo no Brasil (e no mundo, onde fornecemos alimentos para um total de 1,6 bilhões de pessoas).

A nós profissionais da Engenharia e da Arquitetura cabe lutar por um mundo melhor para todos, portanto, lutar sempre, lutarmos até estabelecer a valorização no país dos engenheiros e arquitetos, em especial na Administração Pública. Observamos que a valorização profissional se retroalimentam entre Estado e Iniciativa Privada.”

Brasília/DF, 01 de dezembro de 2022

Engenheiro Civil, e de Segurança do Trabalho José Roberto Senno

Presidente da ANSEAF - Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomo do Poder Executivo Federal.